

ELISABETE DE ABREU
E LIMA MOREIRA

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

para **CONCURSOS**

4^a | revista,
edição | atualizada
e ampliada

Coleção
**CONCURSOS
PÚBLICOS**

Organizadores:
Henrique Correia e Élisson Miessa

2019

 **EDITORA**
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

EVOLUÇÃO DO ESTADO MODERNO: ASPECTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS, POLÍTICOS E CULTURAIS QUE CONDICIONAM O ESTADO

Sumário • 1.1. Estado monárquico – Absolutista – **1.2.** Estado liberal – **1.3.** O Estado do bem-estar social e intervencionista – **1.4.** Estado neoliberal – **1.5.** Estado neodesenvolvimentista

O Estado Moderno, marcado pela **evolução do capitalismo**, nasceu a partir da **revolução comercial**, desenvolveu um **modelo industrial** – com a energia a vapor, o motor de combustão e a eletricidade – provocou uma **revolução nas comunicações** – com a informática e a internet – e atualmente vive a revolução do conhecimento e a era das redes digitais.

Esses ciclos de desenvolvimento mundial foram acompanhados por mudanças na forma de atuação do Estado, que deram origem aos Estados monárquico-absolutista; liberal; social-democrático; autoritário; social-liberal e neodesenvolvimentista.

Discutiremos cada um desses movimentos, como desencadeadores das grandes reformas.

1.1. ESTADO MONÁRQUICO – ABSOLUTISTA

No final da Idade Média, o crescimento das cidades levou à formação das corporações e a partir daí instalou-se uma política **mercantilista de intervenção na produção econômica**, que passou a ditar a quantidade e qualidade dos produtos, os preços, os salários, a emissão de moeda e praticava o **colonialismo**, que garantia a exclusividade comercial sobre a produção das colônias.

Acontecia o nascimento do Estado moderno, o enfraquecimento dos poderes feudal e papal e o **fortalecimento do poder real – monarquia nacional**, que veio alicerçada por uma burguesia forte, responsável pelas primeiras trocas comerciais e monetárias, numa fase denominada **pré-capitalista**.

Vale ressaltar que, do ponto de **vista administrativo**, este Estado nasceu **patrimonial**, baseado no poder hereditário, transferido de pai para filho. Os ocupantes do cargo sentiam-se donos do Estado e do patrimônio e utilizavam critérios pessoais de amizade, favoritismo e parentesco para a administração do Estado, sem **distinção entre o que era propriedade pública ou privada**.

O declínio do Estado Monárquico decorreu do descontentamento da classe burguesa com o **regime centralizador e absolutista**, que reivindicava mudanças na forma de governar e de administrar o Estado, na busca de maior racionalidade e de direitos iguais.

1.2. ESTADO LIBERAL

Em diversos países, o Estado Monárquico-absoluto foi superado pelas **revoluções constitucionais** – que estabeleceram o **Estado de Direito** – e pelas revoluções **liberais burguesas**, dos séculos XVII e XVIII, sobretudo na Inglaterra, Estados Unidos e na França, que reforçaram uma nova ordem capitalista, com base no novo **projeto econômico**: nascia o **liberalismo**.

Os **princípios** fundamentais do **liberalismo** econômico são:

Existência de leis naturais em economia, como a lei da oferta e da procura;

Livre concorrência e livre cambismo;

Defesa da propriedade privada;

Liberdade de contrato;

Combate ao mercantilismo;

Divisão internacional do trabalho.

Foi a **Revolução Industrial**, surgida na Inglaterra, que completou a transição para o **sistema capitalista** e afirmou o **Estado Liberal**, criando a produção em massa, a divisão de trabalho, a especialização do trabalhador e a divisão da sociedade em duas classes – burguesia industrial (classe dominante) e proletariado (trabalhadores assalariados). Estes últimos, duramente explorados, deram início a novos movimentos como o **socialismo** – em oposição ao individualismo liberal e capitalista.

Do **ponto de vista administrativo**, nos **países mais desenvolvidos**, onde ocorreram essas mudanças econômicas, iniciou-se uma reforma do serviço público que clamava pela **separação entre a esfera pública e privada**, substituindo a **cultura patrimonial pela administração pública burocrática**, isto é, por um **modelo racional**, de busca de **eficiência**, que melhor se **coadunava com as práticas capitalistas**.

É importante frisar que, no Estado Liberal, o modelo burocrático **não foi totalmente incorporado**, pois **ainda no século XIX**, nos países **monárquicos europeus**, prevalecia um modelo híbrido, em transição, de administração **burocrático-patrimonial**.

A primeira guerra mundial marcou o início da **degradação dos ideais liberais** e gerou a **grande crise de mercado, em 1929**, resultado da crise de superprodução – *crash* da bolsa de valores de Nova York – mergulhando a economia mundial numa grave depressão.

A **Segunda Guerra** também produziu importantes transformações, fazendo emergir uma nova forma de atuação do Estado, que passou a se **preocupar com a ordem econômica e social do mercado, num modelo interventor e protetor**, que pôs fim aos ideais liberais.

IMPORTANTE

O Estado **Liberal, minimalista**, defende a propriedade privada, o contrato, a concorrência e o estado de direito, colocando o **mercado no papel ativo de coordenador do crescimento econômico**. Do ponto de **vista administrativo**, esse período se volta para os estudos acerca da **divisão do trabalho e da especialização do trabalhador**, com vistas a aumentar a produtividade da indústria e a **eficiência econômica**.

1.3. O ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL E INTERVENCIONISTA

O **surgimento do Estado do Bem-estar**, “inaugurado por Bismarck, na Alemanha, contra a luta de classes, no final do século XIX” (Matias-Pereira, 2008, p. 86), **teve início em 1942**, com a publicação na Inglaterra do Relatório *Benveridge*, para o qual a política inglesa deveria inclinar-se para uma aberta distribuição de renda, baseada no tripé da lei da Educação, lei do Seguro Nacional e lei do Serviço Nacional de Saúde.

Atribui-se a **Keynes** esta estratégia político-econômica que, de **1930 a 1970**, transformou a natureza do Estado, favoreceu a constituição das economias mistas e de proteção social e abriu o caminho para o **Estado ativo e intervencionista**, ou *Welfare State*, que assegurava a **todos, independentemente de renda**, a **proteção** do Estado, através de serviços e recursos públicos. Ou seja, o Estado **deveria prover as necessidades básicas da população mediante a prestação de serviços ou mesmo através do pagamento em dinheiro**.

Keynes defendia não apenas o **financiamento público** de obras que criassem empregos, como também investimentos privados e insistia no papel do **crédito bancário aos empresários** e do **empréstimo público a particulares** para financiar o aumento do volume da produção e do emprego.

As ideias de Keynes foram reforçadas pelas medidas promovidas por **Franklin Roosevelt**, através do *New Deal* – que se constituiu numa série de programas implementados nos Estados Unidos com o objetivo de recuperar a economia em função da grande depressão – resultado da crise de superprodução de 1929.

Na mesma linha, em julho de 1944, com o fim de reconstruir o capitalismo, em razão da Segunda guerra mundial, 44 nações reuniram-se em *Bretton Woods*, para a Conferência monetária e financeira das Nações Unidas, e assinaram o **Acordo de Bretton Woods**, que definiu um **sistema de regras, instituições e procedimentos para regular a política econômica internacional**, estabelecendo o **BIRD** – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento e o **FMI** – Fundo Monetário Internacional.

Com esse acordo, criou-se para cada país a obrigação de adotar uma política monetária que controlasse e estabilizasse a taxa de câmbio, mantendo o ouro como meio de pagamento internacional e o dólar teria seu valor fixado em ouro. Estabeleceu-se, também, que o FMI deveria prover financiamentos para suportar dificuldades temporárias de pagamento, que permitissem aos Estados atender às necessidades sociais.

QUADRO-RESUMO

Estado Monárquico Absoluto	<p>Fortalecimento do Poder Real. Mercantilista e colonialista. Atuação direta do Estado na economia. Estado Patrimonial. Centralizador.</p> <p>Crise do Estado Absoluto.</p>
Estado Liberal	<p>Revolução Industrial. Produção em massa. Lei da oferta e da procura – mercado autorregulável. Não intervenção do Estado na economia. Descentralizador.</p> <p>Crise do Mercado, crise de superprodução (crash da bolsa de valores).</p>
Estado do Bem-Estar Social ou Desenvolvimentista	<p>Estado forte, intervencionista. Protetor das necessidades sociais da população. Desenvolvimentista. Centralizador.</p> <p>Crise fiscal e de governabilidade.</p>
Estado Neoliberal	<p>Estado intervém minimamente no mercado. Mercado autorregulável. Descentralizador.</p> <p>Crise do Mercado, crise da bolsa de valores.</p>
Estado Neodesenvolvimentista	<p>Maior intervenção do Estado no Mercado. Formação de alianças e parcerias entre o Estado e a iniciativa privada. Atuação em mercados globais.</p>

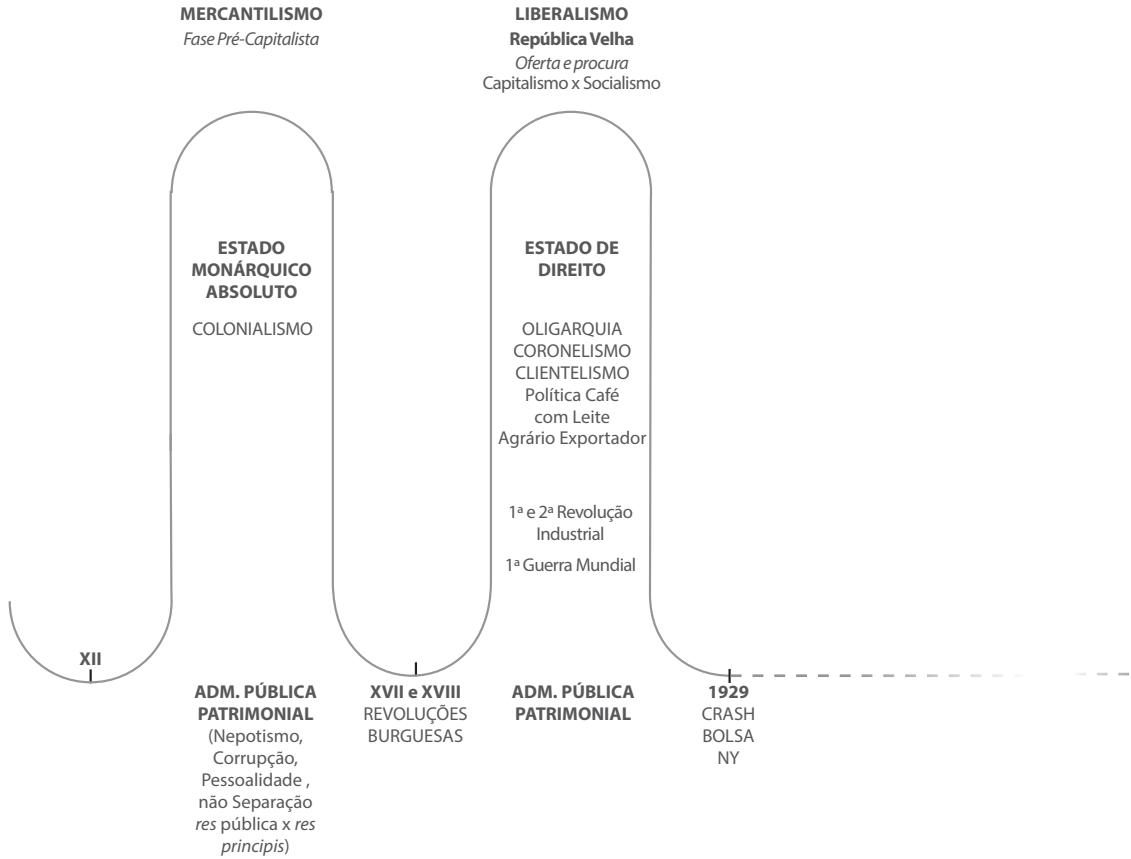
EVOLUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

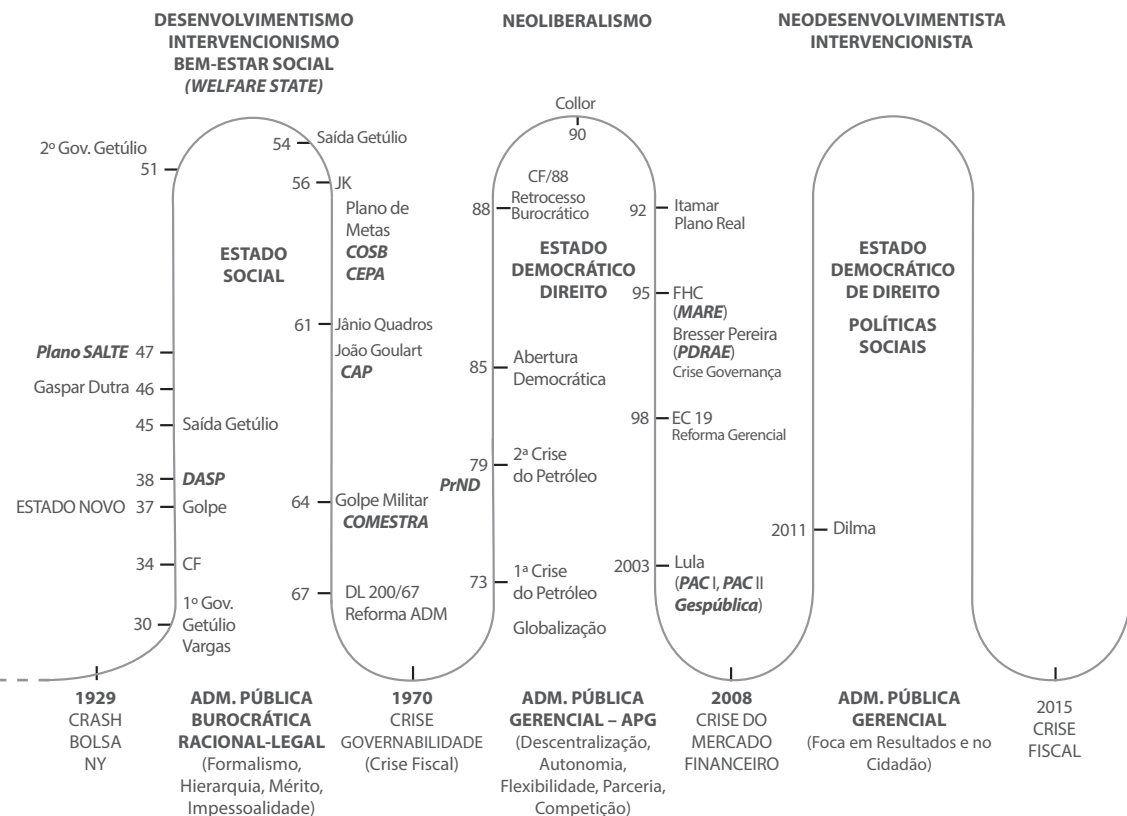
Sumário • 2.1. Administração colonial (até 1889) – **2.2.** República velha (1889-1930) – **2.3.** Era Getúlio Vargas – 1º governo: 1ª reforma administrativa (1930 a 1945) – **2.4.** Governo Dutra (1946-1951) e 2º Governo de Vargas (1951-1954) – **2.5.** Juscelino Kubitschek – JK (1956 a 1961) – modernização administrativa: administração paralela – Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961) e João Goulart – Jango (1961-1964) – **2.6.** Era autoritária militar: administração para o desenvolvimento (1964-1985) – **2.6.1.** Crise do modelo nacional desenvolvimentista – **2.7.** Governo Sarney e a democratização da Nova República (1985-1990) – **2.8.** Governo Collor (1990-1992) – **2.9.** O Governo Itamar (1992-1994) – **2.10.** Governo FHC: reforma do Estado (1995-2002) – **2.11.** Governo Lula e Dilma: revitalização do Estado (2003-2014) – **2.12.** Análise crítica das reformas administrativas

O Brasil, de forma geral, acompanhou os ciclos econômicos mundiais, com movimentos políticos, ora de autoritarismo ora de democracia, responsáveis pela condução da agenda administrativa e das diversas reformas promovidas, sintetizadas no quadro a seguir.

Características do Estado Brasileiro	Até 1930 Brasil Colônia à República Velha	1930 a 1985 Estado Desenvolvimentista ao Neoliberalismo	Após 1985 Estado Neoliberal ao Neodesenvolvimentismo
Tipos de Administração	Patrimonial	Burocrático	Gerencial
Sistema Político	Monárquico e Oligárquico	Autoritário/ditatorial (30-45 e de 64 a 85) Democrático (46-64)	Democrático (após 85)
Relação de Produção	Mercantil	Capitalista – Industrial	Pós-Industrial
Formação Social	Estamento patrimonial/burocrático e burguesia mercantil	Burguesia industrial e Classe média profissional	Classe média profissional ou tecnoburocracia

Esses ciclos podem ser representados por movimentos em forma de ondas que alternam períodos de prosperidade e depressão e demonstram a dinâmica de construção de novos paradigmas econômicos, políticos, sociais e administrativos que marcaram a história brasileira.





LEGENDA

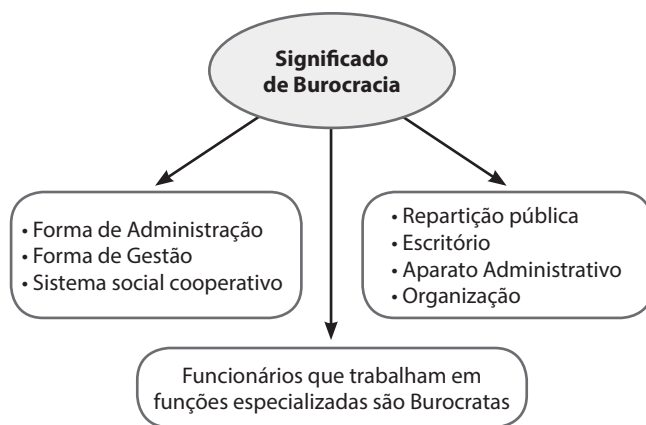
DASP	- Departamento Administrativo do Serviço Público
Plano SALTE	- Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
COSB	- Comissão de Simplificação Burocrática
CEPA	- Comissão de Estudos e Projetos Administrativos
CAP	- Comissão Amaral Peixoto
Comestra	- Comissão Especial de Estudos da Reforma Administrativa
PrND	- Programa Nacional de Desburocratização
MARE	- Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
PDRAE	- Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
Gespública	- Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento

Presidentes	Principais Realizações
José Sarney	Realizou reformas específicas e de cunho incremental; Extinguiu o BNH e não avançou com a implantação do SUS Extinguiu o DASP; Editou vários planos econômicos.
Fernando Collor	Lançou o 1º Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade e um subprograma para a área pública; Criou o Programa Nacional de Desestatização; Abriu o mercado brasileiro para as importações; Criou o contrato de gestão, com algumas iniciativas de uma administração gerencial; Descentralizou os serviços de saúde; Provocou o dismantelamento da máquina pública, demitiu servidores e se envolveu no maior esquema de corrupção.
Presidentes	Principais Realizações
Itamar Franco	Criou a Secretaria Federal de Controle; Lançou a Lei 8.666/93 – lei de licitações; Lançou o Plano Real, para estabilizar a economia.
FHC	Criou o Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), para resgatar a governança e promover a reforma administrativa; Lançou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), para dirigir a reforma do aparelho do estado e implantar a administração gerencial; Implantou o Plano Plurianual; Publicou a Lei de Responsabilidade Fiscal – lei 101/00; Lançou o Programa de Qualidade no Serviço Público; Lançou o Programa de renda mínima e outros programas sociais.
Lula	Lançou o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública; Criou o PAINEL do Cidadão e a Carta de Serviços ao Cidadão; Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (decreto 5.707/2006); Lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Max Weber refere-se à burocracia como uma forma de organização humana, um sistema social de cooperação, que se baseia na racionalidade, no formalismo e na adequação dos meios aos objetivos (fins) pretendidos, a fim de garantir a máxima eficiência no alcance desses objetivos, de forma estável e duradoura.

Desse modo, o **termo burocracia** pode designar **uma organização** (aparato administrativo) ou uma **forma de gestão** ou de **administração, que atua no exercício do controle**, conferindo racionalidade.

Além disso, são chamados de **“burocratas”** todos os funcionários que trabalham em funções especializadas que exijam procedimentos formais, regras detalhadas e regulamentos, divisão de trabalho e supervisão hierárquica, no escritório ou nas repartições públicas.



Características da Burocracia

O conceito de burocracia para Max Weber é o de **uma organização eficiente por excelência**, cujas práticas repousam na **racionalidade administrativa**, no **profissionalismo**, na **meritocracia**, no **formalismo**, na **supervisão hierárquica vertical**, cuja ênfase está na **estrutura organizacional**.

Weber foi um dos precursores do estruturalismo e **estudou a organização como um todo**.

Foi implantada na administração pública para se contrapor as formas patrimoniais de dominação e ganhou importância em razão da necessidade de maior **previsibilidade e precisão** no tratamento das questões organizacionais. É uma **reação ao nepotismo e subjetivismo**, **característicos dos primeiros anos do Estado Liberal**.

Baseia-se na **desconfiança prévia** dos administradores públicos; no **controle “a priori”** e **rígido dos processos e procedimentos** de trabalho; no **insulamento burocrático**, visando proteger os burocratas das influências políticas.

QUADRO-RESUMO

Crise de Governança: crise do modelo burocrático e necessidade de reforma

A necessidade de reforma tornou-se imperativa para defender o Estado enquanto coisa pública, sob os aspectos político e administrativo.

Politicamente, foram iniciadas várias ações relacionadas ao fortalecimento dos direitos políticos e à participação igualitária, através das eleições, liberdade de pensamento e imprensa.

Administrativamente, o Estado aumentou demais de tamanho e os custos da defesa da coisa pública contra o patrimonialismo (razão da implantação da burocracia) tornaram-se maiores que os benefícios do controle, transformando-o na própria razão de ser do funcionário; o Estado voltou-se para si mesmo, um modelo autorreferido, gerando lentidão, ineficiência, excesso de formalismo e ênfase exagerada no controle dos processos; o insulamento burocrático impediu o Estado de se voltar para servir ao cidadão, vistos como clientes; promovendo uma crise de forma e crise de conteúdo;

O modelo burocrático puro weberiano não se completou e não se consolidou, efetivamente, no Brasil e em alguns países da América Latina, mantendo os vícios do modelo patrimonial.

As FASES patrimonialistas e burocráticas estavam SUPERADAS; as PRÁTICAS burocráticas deveriam ser SUBSTITUÍDAS por um novo tipo de administração (gerencial); mas NÃO significa DESCARTAR a administração burocrática, pois se deve MANTER as características que ainda se estavam válidas e não negar todos os seus princípios: manter os processos sob controle e seguros; assegurar a rigorosa profissionalização, garantindo a efetividade à administração pública; garantir a meritocracia, a carreira, a avaliação de desempenho e o treinamento dos servidores.

3.3.3.2. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE

Um dos primeiros passos realizados no Governo FHC foi a indicação de Bresser-Pereira para o Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE, que passou a estudar tanto as experiências europeias da nova administração pública como o Movimento Reinventando o Governo.

Argumentou o Ministro do MARE que os países altamente endividados promoveram o ajuste estrutural (ajuste fiscal, liberalização do comércio, privatização e desregulamentação), alcançando resultados positivos ao controlar a balança de pagamentos e as taxas de inflação. No entanto, tais medidas não retomaram o crescimento econômico, dado que os cidadãos continuavam a exigir mais do Estado, e as políticas públicas desempenhavam um papel tão grande no capitalismo contemporâneo que o Estado não tinha condições de atender à sobrecarga de demandas.

Assim, ainda em 1995, apresentou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE, instrumento de proposta da reforma da administração pública “em **bases modernas e racionais**” (PDRAE, pg. 6), através do **fortalecimento do Estado e de sua ação reguladora, melhoria dos serviços básicos e implementação de políticas de cunho social** (PDRAE, 1995, p. 6).

A reforma deveria se voltar para a **eficiência, qualidade e desenvolvimento de uma cultura gerencial**, atendendo aos seguintes objetivos, expressamente declarados no PDRAE (1995, p. 16):

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE AS GESTÕES PÚBLICA E PRIVADA

O mundo assistiu a uma transformação nos modelos de gestão das empresas privadas no período pós-guerra. A concorrência da economia global, a mobilidade do capital internacional, os surpreendentes avanços das telecomunicações, o processamento e a recuperação da informação produziram uma economia baseada no conhecimento – os trabalhadores passaram a exigir autonomia e os cidadãos/consumidores, produtos de qualidade, com alta gama de escolhas.

Emergiram, então, as soluções pós-fordistas, que visavam uma reestruturação produtiva, através do enxugamento das empresas, atuação com pequenas unidades produtivas, formas flexíveis de gestão e implementação de métodos gerenciais, como a reengenharia, administração participativa, administração da qualidade total, entre outras.

E, nesse ponto, encontra-se a primeira **convergência entre as gestões pública e privada**, pois os cidadãos, detentores de direitos e deveres, passaram a exigir do Estado uma atuação mais eficiente, eficaz e efetiva, na mesma medida que os clientes da empresa privada.

Para atender ao cidadão mais exigente, a administração pública, foi buscar nos modelos de gestão desenvolvidos no ambiente das **empresas privadas contemporâneas**, inspiração **para empreender a reforma do estado**, o que significa a **introdução da cultura e das técnicas gerenciais modernas na administração pública**.

De fato, o que se assiste hoje na gestão pública é a aplicação de condições equivalentes à racionalidade das empresas e a implementação de várias técnicas utilizadas na gestão privada, que têm dinamizado e flexibilizado a administração pública, como os modelos de qualidade; o planejamento estratégico e o balanced scorecard; a mensuração do desempenho, através de indicadores; a gestão dos processos de trabalho; os modelos de gerenciamento de projetos; o benchmarking; brainstorming; controles estatísticos e outros.

IMPORTANTE

Uma das convergências entre as gestões pública e privada é que ambas devem atender às necessidades do cidadão-cliente, **seguir a Constituição federal e prestar contas ao cidadão**, detentor de direitos e deveres. Além disso, a nova visão empreendedora exige que o administrador público **compatibilize custos e resul-**

tados, levando em conta os **princípios da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade**, tomando **decisões céleres**, com **riscos calculados**, para aproveitar as oportunidades de mercado.

Entretanto, a dinâmica do setor público exige o atendimento de algumas especificidades que **não permitem a imitação** das mesmas práticas adotadas pela iniciativa privada, tendo em vista as **diferenças existentes entre as duas. Não se pode confundir os modelos, não são similares e as práticas devem ser adaptadas a realidade pública.**

Nesse sentido, Osborne e Gaebler (1992) enfatizam que se deve ter um setor público empreendedor sem ser empresa, reinventando o governo sem substituição pelo mercado.

A gestão pública, por exemplo visa a supremacia do interesse público e possui a obrigatoriedade de continuidade da prestação dos serviços públicos. É orientada para o controle social e deve, sobretudo, gerar valor público para a sociedade como um todo, sem segmentar grupos específicos. Além disso, o administrador público somente pode agir ou utilizar novas tecnologias se houver prescrição em lei e possui um grande desafio, que é atender a todos igualmente e com qualidade independente de sua arrecadação, que é compulsória e não vinculada ao aumento da demanda.

A gestão privada é orientada para o lucro e para a preservação e proteção dos interesses corporativos. Pode atuar em mercados específicos, segmentando e escolhendo seus clientes. É financiada por recursos particulares, que aumentam na mesma medida de suas demandas e atuam livremente no mercado, desde que não haja proibição em lei.

A seguir, um **quadro-resumo** das principais diferenças entre a atuação da esfera pública e privada.

Administração Privada	Administração Pública
Autonomia da vontade privada	Supremacia do interesse público e obrigação da continuidade da prestação do serviço público.
Orientada para a preservação e proteção dos interesses corporativos (dirigentes e acionistas).	Orientada para o controle social, garantia de transparência, institucionalização de canais de participação social.
Utiliza estratégias de segmentação de “mercado” , estabelecendo diferenciais de tratamento para clientes preferenciais.	Não pode fazer acepção de pessoas, devendo tratar a todos igualmente e com qualidade. O tratamento diferenciado restringe-se apenas aos casos previstos em lei.
Empresários motivados pelo lucro	Políticos motivados pela reeleição
Busca o lucro financeiro , como forma de garantir a sustentabilidade do negócio.	Visa gerar valor para a sociedade e garantir o desenvolvimento sustentável, sem perder de vista a obrigação de utilizar os recursos de forma eficiente.

QUESTÕES

Capítulos 1 e 2

1. (FCC/2013/PMSPA) Um dos princípios norteadores da reforma do Decreto-lei no 200 que continuou orientando o processo de modernização do estado brasileiro nas últimas décadas é o
- a) de reagrupamento de departamentos, divisões e serviços, visando a redução do número de ministérios.
 - b) da centralização dos processos de planejamento, coordenação e implementação das ações governamentais.
 - c) da expansão das empresas estatais e de órgãos da administração direta (secretarias).
 - d) do fortalecimento e expansão do sistema de mérito por meio de concursos públicos.
 - e) da formulação de diretrizes gerais para um plano de carreiras para cargos de nível operacional.

COMENTÁRIO

A letra “a” está errada. Houve o reagrupamento dos departamentos e divisões, mas não ocorreu a redução do número de ministérios, ao contrário, o Brasil vivia um período de ampliação das estruturas do Estado.

A letra “b” está errada. O DL 200 não realizou nenhuma centralização. Ao contrário, ele promoveu a descentralização funcional nas estruturas do estado e a instituição dos cinco princípios fundamentais da administração pública federal, como o planejamento e a coordenação, além da descentralização, delegação e controle.

A letra “c” está errada, porque não houve expansão da administração direta, que ficou congelada e nenhuma mudança foi realizada. Houve expansão da indireta e das empresas estatais.

A letra “d” é a correta, pois o Decreto apontava necessidade do fortalecimento e expansão do sistema de mérito, na tentativa de retomar o que se tinha nos tempos do DASP, mas isso somente ocorreu com a Constituição de 88, quando houve a generalização do ingresso no serviço público somente através de concurso público.

A letra “e” está errada, pois o Decreto estabelecia diretrizes gerais para um novo Plano de Classificação de Cargos, sem qualquer menção ao “nível operacional”.

Gabarito: D

2. (FCC/2015/TRT3R) Uma das etapas relevantes que pode ser apontada na evolução estrutural da Administração pública no Brasil foi a instituição da Comissão Amaral Peixoto, que identificou, entre as questões-chave a serem solucionadas, a centralização excessiva da Administração na Presidência da República e ausência de coordenação nas ações de governo. Referidos estudos serviram de inspiração
- a) ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE, que implementou o modelo gerencial na Administração pública brasileira.
 - b) ao Programa Nacional de Desburocratização, que visava aumento na eficiência e simplificação de processos.
 - c) à edição do Decreto-Lei no 200, de 1967, que reorganizou a Administração direta e expandiu as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - d) ao paradigma pós-burocrático instituído com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, que objetivava a racionalização do serviço público.

- e) à consolidação do modelo de gestão por resultados instituído a partir do programa de governo denominado Gespública.

COMENTÁRIO

A alternativa A está errada. O PDRAE que traçou as diretrizes para a implementação do modelo gerencial no Brasil baseou-se nos modelos implantados nos países desenvolvidos, como Grã-Bretanha e Estados Unidos.

A alternativa B está errada. O Programa Nacional de Desburocratização visava, de fato, o aumento da eficiência e a simplificação dos processos, mas não teve inspiração direta dos projetos da Comissão Amaral Peixoto.

A alternativa C é a correta. Os projetos da Comissão Amaral Peixoto concebidos por Amaral Peixoto no governo de João Goulart, estavam no Congresso Nacional prontos para serem aprovados, quando do golpe de 64. Os militares, então, constituíram a Comestra, uma comissão para estudar os projetos que estavam no Congresso visando promover uma reforma na administração pública federal. Esses estudos serviram de base para a publicação do Decreto-lei 200/67, que foi considerado um primeiro momento da administração pública gerencial, na tentativa de reforma, visando promover a descentralização funcional.

A alternativa D está errada. O paradigma pós burocrático foi implantado na reforma de 1995, através do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. O DASP implantou a reforma burocrática, na década de 30.

A alternativa E está errada. O modelo de gestão por resultados começou a ser implantado a partir da reforma de 1995, com a publicação do PDRAE. O Gespública é um programa de governo, instituído em 2005, no governo Lula e visava implantar um modelo de excelência, focado no cidadão e em resultados.

Gabarito: C

3. (CESPE/2015/TRE/GO) Julgue o item seguinte referente à evolução dos modelos de administração pública. Os direitos trabalhistas, o sistema de ensino público e o sufrágio universal são iniciativas que foram instituídas no Brasil na primeira metade do século XX e que buscavam o chamado estado de bem-estar social.

() Certo () Errado

COMENTÁRIO

Foi no primeiro governo de Getúlio Vargas que houve a implantação dos direitos trabalhistas, alguns assegurados na Constituição de 34 e, posteriormente regulamentados com a publicação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, além do sufrágio universal e o ensino público. Essas iniciativas tinham como objetivo conceder os direitos sociais, como base do Estado do Bem-estar social.

Gabarito: Certo

4. (CESPE/TRE-GO/2015) Julgue o item seguinte referente à evolução dos modelos de administração pública. A reforma administrativa ocorrida em 1967 pretendia o rompimento com a rigidez burocrática, e, para isso, as atividades da administração foram centralizadas e algumas instituições de administração indireta foram extintas.

() Certo () Errado

COMENTÁRIO

A reforma administrativa promovida pelo Decreto-lei 200/67 foi uma tentativa de romper com a rigidez burocrática, sim. Para isso, foi realizada uma descentralização funcional, separando a administração direta da indireta, esta última constituída das autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista, que passou a gozar de maior autonomia e flexibilidade. Não houve centralização de atividades, ao contrário, houve descentralização. Tampouco houve extinção de instituições e, sim, criação de novas entidades.

Gabarito: Errado

5. (CESPE/2013/CNJ) Acerca dos aspectos estruturais e organizacionais da administração pública, julgue os itens a seguir. Um dos exemplos motivadores das transformações dos modelos organizacionais e de gestão pública foi a crise da eficiência do Estado brasileiro, nas décadas de 70, 80 e 90 do século XX.

() Certo () Errado

COMENTÁRIO

A crise de eficiência do Estado gerou a crise fiscal, cujo início ocorreu na década de 70 e foi